

Introdução

Tornou-se corriqueira a espetacularização de eventos cotidianos com a sua postagem no território livre das redes sociais por usuários das novas tecnologias de informação e de comunicação. Entre as imagens amadoras compartilhadas desse modo, encontram-se muitos vídeos que registram ações policiais consideradas abusivas. Conduzida por quem assiste e/ou participa da cena registrada, a gravação dessas imagens pode ser vista como um fenômeno cultural típico de uma sociedade cada vez mais orientada para a contravigilância, isto é, para práticas de atenção e de observação que têm como alvo quem, historicamente, ocupou o papel de vigia (Cardoso, 2014).

Diante das facilidades proporcionadas pelas novas ferramentas para a comunicação, o cidadão comum pode atuar, ativamente, não só no processo de coletar e de reportar, mas também de analisar e de divulgar informações. Nesse sentido, uma vez que se entende que os jornalistas são os “intermediários no tráfego social da informação” (Laje, 2014:20), para caracterizar esse novo quadro, são empregados os termos “jornalismo cidadão” e “jornalismo participativo” (Bowman e Willis, 2003). Esse fenômeno tem sido celebrado por muitos ativistas e pesquisadores, por ser compreendido como um meio para o empoderamento do cidadão comum, o que fomenta o ideal de pulverização do poder (Moretzsohn, 2006; Antoun e Malini, 2013).

Diversas pesquisas orientadas por uma visão de linguagem têm se inclinado para os usos dos artefatos tecnológicos nas sociedades contemporâneas, como o trabalho de Katriel (1999) sobre a utilização do telefone celular e o realinhamento de contextos na interação. Os contextos de interação tecnologizada, no entanto, vêm se expandindo continuamente, exigindo constantes reformulações sobre o que se entende por interação e por interação mediada pela tecnologia. Ficando apenas com referências da literatura nacional, podemos citar alguns estudos, ainda que nem sempre o foco seja na linguagem, sobre *memes* na internet (Barreto, 2015); *weblogs* (Recuero, 2007); *hashtags*, como #ProtestoBR no *twitter*

(Recuero e Bastos, 2014) e novas formas de *sociação* em *twitter* corporativo (Costa, 2013), dentre outros.

A produção de vídeos amadores como um dispositivo de controle e/ou de denúncia da ação do Estado e de suas forças de segurança é um desses contextos que merece um estudo aprofundado a partir de uma perspectiva que tenha como foco a fala-em-interação. A complexidade interacional presente nesses vídeos não foi ainda descrita como já acontece com outras atividades. Assim, esta pesquisa pode preencher uma lacuna na literatura sobre interação tecnologizada, pois a complexidade dos encaixes dos contextos físico e virtual, nos vídeos de contravigilância, torna fundamental a revisão de conceitos que aprendemos para pensar os encontros face-a-face.

Nesta pesquisa, a partir das contribuições das Ciências Sociais e da Comunicação Social sobre os conceitos de vigilância, espetáculo e jornalismo cidadão, e, à luz dos estudos da fala-em-interação, buscamos examinar como é construído, interacionalmente, esse tipo de flagrante em que o celular é usado como uma arma de contravigilância. Impõem-se como motores para a análise de um vídeo que selecionamos como objeto de pesquisa as seguintes perguntas:

- i. Que ações dos participantes no curso da interação apontam para as especificidades desse tipo de flagrante em relação a outros modelos de atenção e observação da contemporaneidade?
- ii. Que tipo de jornalismo cidadão emerge e é negociado turno-a-turno na interação registrada no vídeo?
- iii. Até que ponto a análise da interação revela o empoderamento do cidadão por meio da prática do jornalismo cidadão?

Assumimos, neste estudo, a posição de Hutchby (2001), que propõe como foco analítico o exame do que as pessoas fazem com as possibilidades e com as restrições para ação oferecidas pelos artefatos tecnológicos. Por isso, este trabalho desenvolve uma análise situacional e interacional das relações entre as tecnologias e os processos sociais (Oliveira e Pereira, 2005). O corpus desta pesquisa é constituído por um vídeo amador que registra a ação policial em uma comunidade que recebeu uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro. A gravação retrata um conflito após uma abordagem, estando todos os participantes

da cena cientes da gravação. As imagens foram disponibilizadas na maior plataforma de compartilhamento de vídeos da atualidade, o YouTube.

A partir de sua análise, além de contribuir para avanços nas pesquisas sobre interação e interação tecnologizada, o estudo pode expandir o conhecimento sobre um regime de observação que não tem sido contemplado na vasta literatura sobre vigilância. Existem muitos trabalhos que versam sobre as câmeras oficiais de videovigilância e outros sistemas de monitoramento – contextos associados ao controle – bem como existem muitas pesquisas voltadas para o *voyeurismo* digital – associado, evidentemente, ao prazer. Há, entretanto, uma necessidade de nos debruçarmos ainda com mais atenção sobre esse tipo de flagrante que parece nascer de um casamento entre a vigilância e o espetáculo.

Além das possibilidades de contribuição para o estudo da especificidade desse tipo desse flagrante em relação a outras práticas já descritas na literatura, a pesquisa pode enriquecer os estudos sobre o fenômeno do jornalismo cidadão. Afinal, embora haja uma ampla discussão, tanto na academia quanto em outros âmbitos da sociedade, a respeito dessa ação social, é necessário analisar como se dá na e pela interação a construção do jornalismo cidadão e a distribuição de poder entre o sujeito que atua como jornalista, munido de uma câmera, e aqueles cujas imagens estão sendo capturadas.

Finalmente, salientamos a relevância da pesquisa em termos aplicados. Considerando o contexto em que se dá o encontro que analisamos, uma comunidade do Rio de Janeiro dita pacificada, entendemos que nosso estudo pode contribuir para a sociedade, trazendo insumos que levem os responsáveis pela formação desses agentes a tomar consciência da necessidade de uma reflexão crítica sobre a sua prática profissional. A análise do vídeo pode ser uma ferramenta importante para a própria polícia examinar também o que acontece no “aqui e agora” de uma abordagem. Se a falta de clareza sobre como se deve agir em determinadas situações e a necessidade de tomar decisões muito rápidas favorecem a violência (Muniz, 1999), com uma reflexão mais aprofundada sobre sua prática, a partir deste estudo de caso, os policiais podem aperfeiçoar o seu serviço nas comunidades.

O presente estudo está organizado em nove capítulos. No próximo, faremos uma revisão da literatura referente à vigilância e, mais especificamente, à contravigilância. No terceiro, abordaremos, especialmente, o aclamado conceito de “sociedade do espetáculo” (Debord, 1967) e o debate mais recente em torno dessa noção. No capítulo seguinte, comentaremos o que a literatura nos diz a respeito da prática do jornalismo cidadão. No quinto, apresentaremos o ferramental teórico-analítico oferecido pelos estudos da fala-em-interação, considerando o que foi tornado relevante pela fala dos participantes do vídeo. No sexto, explicaremos os aspectos metodológicos da pesquisa. No sétimo e no oitavo, apresentaremos nossos resultados parciais, contemplando, respectivamente, as relações entre vigilância e espetáculo presentes no tipo de flagrante que estamos analisando, e o jornalismo cidadão incriminativo, com sua complexa distribuição de poder. No último capítulo, retomaremos os resultados da pesquisa para apresentarmos algumas conclusões e explicarmos, com mais profundidade, as possíveis contribuições teóricas e aplicadas desta tese.